



## O programa funcional dos palacetes paulistanos no final do século XIX

*The housing program of the bourgeois society of São Paulo in the late nineteenth century.*

Rogério Novakoski Ferreira Alves\* e Roberto Righi\*\*

\*Arquiteto e Urbanista. Professor de Design de Interiores do SENAC-SP. Atualmente é aluno do curso de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

\*\*Arquiteto Urbanista. Professor titular na graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor doutor na Universidade de São Paulo.

### Resumo

A maneira como as necessidades de uma casa são solucionadas alteram-se conforme a cultura de uma sociedade. Assim, este artigo propõe uma reflexão sobre o programa funcional dos palacetes ecléticos da burguesia cafeeira paulistana, ao final do século XIX, através da análise da organização espacial dessas residências, da decoração de seus ambientes e da nova maneira de viver de seus proprietários.

**Palavras-chave:** Burguesia Paulistana. Palacetes Ecléticos. Programa Funcional.

### Abstract

The way in which needs are met at home alters according to the culture of a society. Therefore, this paper proposes a reflection on the functional program of eclectic mansions of the bourgeois society of São Paulo at the end of the nineteenth century, by analyzing the spatial organization of these houses, the decorating of environments and the new way of life of their owners.

**Keywords:** São Paulo Bourgeoisie. Eclectic Mansions. Functional Program.

## As arquiteturas neoclássica e eclética

**N**o ano de 1816, a convite de D. João VI, veio ao Brasil um grupo de artistas e artífices franceses, liderado por Joachim Lebreton. A vinda desse grupo ficou conhecida como a Missão Artística Francesa. Esse grupo trouxe ao Brasil princípios artísticos e culturais aplicados na França na época da Revolução e do Império, que ficaram conhecidos como Neoclassicismo. Esse movimento cultural surgiu na Europa no início do século XVIII, com base nos ideais do Iluminismo e como reação contrária aos excessos criados pelo barroco e o rococó, renovando o interesse pela cultura da antiguidade clássica (BRUAND, 2010).

A Missão Artística Francesa apresentou o Neoclassicismo na cidade do Rio de Janeiro, e essa expressão cultural foi bem aceita, pois passou a simbolizar a modernidade da época e a imagem de um novo país, após a conquista da liberdade sobre o poder de Portugal (LEMOS, 1989).

A arquitetura neoclássica propunha a retomada de formas renascentistas das arquiteturas grega e romana e a utilização de desenhos regulares, geométricos e simétricos dentro das normas clássicas e rígidas de Vitruvius: era uma arquitetura constituída por abóbodas, cúpulas, platibandas, cornijas e frontões triangulares.

Em São Paulo, esse novo movimento cultural veio com atraso em relação ao Rio de Janeiro e, quando chegou, foi recebido com certa resistência, pois o planalto paulista acolhia uma sociedade ainda bem tradicional, dominada por grandes comerciantes e fazendeiros cafeicultores conservadores. Para os paulistas, de modo geral, era difícil substituir a estética colonial de séculos e também trocar a técnica construtiva da taipa pela da alvenaria de tijolos.

Durante toda a primeira metade do século XIX, a cidade de São Paulo manteve o mesmo padrão

estético, a técnica construtiva e as necessidades domésticas da casa colonial. Ao longo das ruas, no centro da cidade, aglomeravam-se os sobrados de um andar e, alguns raros, de dois andares. Ao longo das ladeiras de acesso à região central, crescia o número das casas térreas da população mais humilde. Porém, sobrados e casebres continuavam sendo construídos em taipa de pilão e taipa de mão (MORSE, 1970).

Rótulas e muxarabis foram retirados das fachadas das casas no Rio de Janeiro e em outras muitas cidades do país por ordem da Corte, no início do século XIX, mas, em São Paulo, esses elementos marcantes da arquitetura colonial mantiveram-se presentes por todo o século e desafiaram as posturas municipais por razões climáticas, sociais e psíquicas (MORSE, 1970), contribuindo também para a resistência ao novo partido arquitetônico neoclássico.

Se em São Paulo foi demorada a substituição da técnica construtiva e a aceitação das alterações do partido arquitetônico, demorou também a percepção da necessidade de mudanças no programa interno das casas. Essas mudanças só aconteceram nas últimas duas décadas do século XIX, devido a grande presença dos imigrantes na cidade e a chegada do Ecletismo.

Este novo estilo presente na arquitetura paulista, o estilo eclético, tinha a plástica da arquitetura neoclássica, porém sem regras. Não havia, na

época, respeito à autenticidade da arquitetura nacional, pois era tudo copiado da Europa e produzido pela mão de obra imigrante de maneira livre à imaginação (LEMOS, 1989).

Hoje, quase não existe mais registro de casas originais nesse modelo descrito na cidade de São Paulo, a não ser através de algumas poucas fotografias. Porém, Carlos Lemos afirma, com certeza, que se tem como exemplos dessa arquitetura as casas encontradas em cidades próximas a São Paulo.

Acontece que tudo foi inexoravelmente demolido, quando a cidade de taipa foi totalmente substituída pela cidade de tijolos. Não sobrou um registro sequer, a não ser as fotos de Militão. No entanto, temos convicção de que as afirmativas referentes às casas de Campinas, Taubaté ou São Luis do Paraitinga, por exemplo, são extensíveis às casas de São Paulo, mesmo porque nunca tivemos notícia de alguma singularidade própria do morar paulistano por essa época (LEMOS, 1999, p.222).

O Ecletismo é um termo referente ao último quartel do século XIX, que passou a significar “bom gosto” e “modernidade”, ambos baseados na nova estética erudita e civilizada produzida na Europa daquela época.

Na arquitetura, o Ecletismo refere-se aos estilos surgidos durante o século XIX que exibiam com-

binações de elementos arquitetônicos presentes na arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca, entre outros estilos históricos, sem o compromisso de seguir as normas estéticas das arquiteturas passadas (SEGAWA, 2010) e aproveitando os últimos avanços tecnológicos da engenharia e da Revolução Industrial, como por exemplo, os primeiros usos de estruturas em ferro forjado nas construções.

Esse estilo arquitetônico era o modelo praticado pela Escola de Belas Artes (École des Beaux Arts) de Paris, nessa época, a referência artística no mundo. E, se os fazendeiros e comerciantes do início do século XIX haviam sido resistentes à arquitetura neoclássica, a nova geração da burguesia paulistana e os imigrantes da cidade estavam de olhos voltados para Paris e adotaram o Ecletismo como o modelo arquitetônico ideal e do “bom gosto”.

Esse novo gosto, repleto de novidades, começou a chegar através de: novos mobiliários, tecidos finos, papéis de parede, porcelanas, cristais, objetos decorativos e novos equipamentos, como os fogões de ferro, considerados mais econômicos; as geladeiras para a conservação dos alimentos; as luminárias a gás; e as peças sanitárias em porcelana inglesa, esmaltadas e ornamentadas com ladrilhos do repertório art-nouveau. (LEMOS, 1999).

Assim, a exemplo da França e toda a Europa daquela época, o Ecletismo trouxe à casa da elite

paulistana uma decoração residencial bem diferente de tudo que havia existido antes, numa busca de intimidade e conforto de seus moradores. Essa casa do final do século XIX passou a ter o seu interior mais valorizado e, com isso, surgiram novos móveis com desenhos mais funcionais, novos materiais e tecnologias decorrentes da Revolução Industrial (DEJEAN, 2012). Conforme palavras de Carlos Lemos (1999, p.252): “A casa tradicional recebeu entre suas taipas velhas as novidades do gosto novo. A modernização começou pelo interior das moradias. De dentro para fora”.

Os edifícios públicos da cidade logo foram reconstruídos sob a visão da arquitetura eclética, e o principal nome na construção desses novos edifícios foi o engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo. As igrejas antigas, feitas em taipa de pilão, segundo os rudes moldes coloniais, como a Igreja de Santa Ifigênia, a Igreja de São Bento, a Igreja da Sé<sup>1</sup> e outras igrejas da época, desapareceram para dar lugar a novas construções com feições europeias consagradas, de acordo com o novo modelo que a cidade buscava assumir (BRUNO, 1991).

O escritor José de Alcântara Machado comentou, em seu livro “Vida e Morte do Bandeirista”, que as igrejas coloniais paulistanas não se equiparavam às europeias na perfeição das linhas, no vistoso porte e nem mesmo na duração do edifício, pela ausência do granito e outros elementos nobres e resistentes. Daí, então, a necessidade da reconstrução ou reforma de quase todas (BRUNO, 1991).

1. No momento da demolição da antiga Igreja da Sé, foram retiradas largas e grossas tábuas de canela-preta do assoalho, muito disputadas pelos moradores da região para a construção de mobiliários das suas casas (BRUNO, 1991).

Em 1896, na noite de 13 de março, um forte vendaval foi responsável por rachar as paredes em taipa de pilão da igreja do Colégio dos Jesuítas e danificar sua estrutura em madeira e seu telhado, exigindo a demolição do edifício, que já destoava das novas construções ao redor, por sua arquitetura antiga e singela (BRUNO, 1991).

As reformas, porém, não se fizeram só nas igrejas e nos conventos. Também nas casas particulares. Ao lado das demolições e das edificações numerosas, em fins do século passado (fins do século XIX). Em 1884, Dona Veridiana Prado mandou edificar na colina de Santa Cecília, dentro de um belo parque, o seu elegante palacete, dando o exemplo a outras pessoas abastadas que começaram a edificar palácios nos subúrbios paulistanos. Arquitetos hábeis, como Ramos de Azevedo e Tomás Bezzi – escreveu Teodoro Sampaio – foram mobilizados para esses empreendimentos. (BRUNO, 1991, p.929).

A “modernização” da casa paulistana realmente começou de dentro para fora e, no início do século XX, esse novo modelo eclético já se revelava no exterior das casas e se expunha às ruas da cidade, chamando a atenção pela semelhança com a “paisagem urbana europeia”.

Na obra “Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo”, Ernani Silva Bruno (1991) comenta que escritores estrangeiros e viajantes, no início do século XX, registraram, em seus textos, as trans-

formações da cidade e a chegada do novo estilo eclético, chamado, na época, por Monteiro Lobato, como o “carnaval arquitetônico”. Segundo os registros do francês Paul Walle, em seu livro “*Au Pays de l’Or Rouge*”, lançado em 1921, sobre a cidade de São Paulo, o novo bairro de Higienópolis reunia tudo o que a cidade possuía de mais rico e mais distinto, um grande número de casas suntuosas e luxuosas, porém também algumas construções de gosto bizarro. O escritor Christopher Andrews fez comentários sobre a nova cidade e suas vilas bonitas e extravagantes. O jornalista francês Max Leclerc, em sua visita a São Paulo na época da proclamação da República, já havia registrado, em suas “Cartas do Brasil”, a presença de novos edifícios caracterizados pela solidez e pela “moda europeia”. O jornalista argentino Manuel Bernardez, em seu livro “*El Brasil*”, lançado em 1908, fez comentários sobre o luxo das casas paulistanas. O italiano Nicolau Fanuele, em 1910, registrou, em seu livro “*Il Brasile*”, a nova paisagem paulistana, que parecia a cidade de Nice e algumas cidades italianas (BRUNO, 1991).

O Ecletismo em São Paulo, devido à forte presença de imigrantes europeus, mostrava-se, assim, de maneira bem diversificada, com uma arquitetura de linhas inspiradas em motivos alemães, ingleses, normandos, suecos e, principalmente, italianos (BRUNO, 1991). Esse caráter da arquitetura paulistana procurava apagar o estilo caipira, ou o “não-europeu”, em busca da vanguarda europeia, que se diferenciava na época de outros

centros urbanos do Brasil pelas formas bizarras, exóticas e desordenadas, devido à liberdade do Ecletismo e à diversidade cultural, presentes em São Paulo ao final do século XIX. Foi um estilo adotado pelos novos fazendeiros e ricos comerciantes da cidade, manifestado através de chalés suíços e palacetes luxuosos, que haviam chegado para atestar a nova riqueza do café e a consequente frequência dos passeios à Europa dessa elite social paulistana.

A riqueza proporcionada pelo cultivo do café nas terras paulistas acabou por alterar substancialmente muitos costumes e práticas culturais ali existentes. Da arquitetura aos objetos domésticos, dos modos de vestir aos de falar, pode-se dizer que o século XIX foi um período de verdadeira revolução, no qual traços comportamentais vindos do passado indígena, do período sertanista e dos tempos áureos do açúcar foram rapidamente justapostos ou mestiçados à intensa europeização permitida pelas imensas fortunas exportadoras, pela rapidez dos trens e, especialmente, pela entrada maciça de dezenas de etnias de imigrantes (Paulo César Garcez Marins - SE-TÚBAL, 2004, p.133).

### **A higiene e o espaço habitacional**

Esse período pós-colonial produziu grandes e radicais mudanças no desenho da cidade, na área cultural e na economia, pois recebeu novos mo-

dores e manifestou novos modos de viver da população, refletiram em alterações na arquitetura residencial.

A transição da economia colonial para a economia exportadora capitalista passou a definir, de forma mais clara, as diferenças de classes sociais e, conseqüentemente, as diferenças entre os partidos arquitetônicos e os programas residenciais (LEMOS, 1989). Como disse o pesquisador Carlos Lemos (1999, p.134): “o café foi um verdadeiro divisor de águas na vida cultural em geral e na civilização material em particular de São Paulo”.

Entre os anos de 1886 e 1900, a população da cidade de São Paulo quintuplicou, passando de 44.030 para 239.820 habitantes, e o número de edificações triplicou (MORSE, 1970). Surgiram novas formas de moradia: cortiços e casas de operários para o uso da classe baixa do proletariado paulistano, e as casas térreas e palacetes para a classe média e alta da sociedade.

A antiga arquitetura das casas coloniais, com sua baixa ventilação interna e iluminação debilitada, e o crescimento acelerado da quantidade de cortiços na cidade contribuíram para as péssimas condições de higiene em São Paulo e para o conseqüente surgimento de novas doenças. Na cidade crescia o número de cortiços, principalmente na região da Igreja da Sé e no bairro de Santa Ifigênia, habitados por ex-escravos, ex-lavradores e imigrantes europeus.

(O cortiço-padrão) era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de 4 a 6 pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem 3 metros por 5 ou 6, com uma altura de 3 a 3,5 metros. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas naturais do norte da Europa, o soalho ficava tão incrustado de lama, que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estas e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé mal feita e mal conservada não eliminava convenientemente (MORSE, 1970, p.264).

No final do século XIX, a luz do sol foi descoberta como um excelente bactericida. O “Serviço Sanitário”, através do Código de 1911, passou a exigir com rigor o combate à umidade residencial proveniente do solo, bem como a proteção contra os ventos úmidos. Os projetos passaram a dar importância aos recuos e à elevação do piso da casa, criando espaços vazios no subsolo, conhecidos como porões.

Essas exigências do chamado “Código Sanitário” foram logo depois endossadas pela Prefeitura da cidade na luta contra os problemas de insalubridade da época, com uma cobrança

maior dos projetos arquitetônicos residenciais. Também era de grande interesse da Prefeitura e do Estado cuidar da higiene do espaço urbano e doméstico para impedir a difusão das doenças e criar condições para atrair capitais, mãos de obra e técnicos estrangeiros à cidade de São Paulo (HOMEM, 2010).

Novas regiões da cidade, como o bairro de Higienópolis e a Avenida Paulista, possuíam lotes bem amplos, favorecendo a implantação do tipo “chácara” e casa do tipo “palacete”. A Avenida Paulista foi pioneira na garantia da exclusividade dos palacetes, através da implantação de uma lei que obrigava as construções a respeitarem um recuo mínimo de dez metros em relação ao alinhamento das calçadas e recuo lateral de dois metros (HOMEM, 2010). Essas novas regiões, destinadas às camadas sociais mais abastadas, já possuíam serviços de transporte com bondes a tração animal, rede de água, esgoto e iluminação adequada.

Essa revolução na concepção das casas, no final do século XIX, deveu-se não somente às novas preocupações e conceitos de higiene da habitação, mas também à possibilidade de uso de novos materiais e técnicas construtivas. Chegaram à cidade barricas de cimento e cal, e materiais importados, como tijolos laminados ingleses, ladrilhos, mosaicos, azulejos, telhas de Marselha, placas de mármore e ardósia, chapas de ferro onduladas e galvanizadas, chapas de zinco puro e

latão de cobre, gradis de ferro forjado ou fundido, canos, tubos, manilhas, papéis de parede, vidros planos lisos ou lapidados, dobradiças, fechaduras, maçanetas, tintas, betumes e mastiques. A utilização do tijolo possibilitava a construção de arcos, abobadilhas, vãos maiores e mais próximos uns dos outros, favorecendo, assim, iluminação e ventilação mais eficientes. As chapas de cobre ou zinco permitiam a instalação de calhas nos telhados para a condução das águas pluviais. Assim, os telhados puderam assumir desenhos recortados e afastamentos laterais dos lotes vizinhos, facilitando o contato dos ambientes internos com a área externa da casa (LEMOS, 1989).

Os imigrantes, devido a sua origem e cultura, sempre que podiam construir as suas próprias casas, aplicavam esses afastamentos laterais do terreno, dando a importância necessária à ventilação e à entrada da luz do sol no interior de suas casas. Dessa forma, eles foram considerados precursores da aplicação das questões de higiene na construção residencial (LEMOS, 1989).

### **O programa funcional do palacete**

O palacete foi o modelo de residência da mais alta classe social paulistana, da virada do século XIX ao XX, que surgiu no momento em que a indústria e o comércio se destacaram de tal forma, que tiraram a exclusividade do café como fonte de enriquecimento da classe dominante (LEMOS, 1989). Os proprietários desses palacetes eram fazendei-

ros cafeicultores, comissários, banqueiros, investidores da construção civil, pioneiros da indústria, além de grandes comerciantes e empresários.

Esse tipo de residência surgiu quando se levantava uma nova cidade, construída em alvenaria de tijolos, provinda dos capitais de um grupo dominante na economia, na política e na cultura do Estado de São Paulo, instalada em bairros elegantes da capital, como: Campos Elísios, Liberdade, Santa Cecília, Higienópolis e a Avenida Paulista, preferida pela elite industrial (HOMEM, 2010).

Os palacetes eram mansões de telhados recortados ao estilo europeu da época, e com ambientes bem decorados e pés-direitos altos. Eram casas luxuosas e imponentes, simbolizando, de forma bem explícita na arquitetura, a riqueza e o poder econômico do proprietário.

O programa desse novo estilo residencial trouxe novidades relevantes: um novo sistema de implantação da casa no lote, afastando a construção principal de todos os limites do terreno, e uma nova forma de circulação e distribuição dos ambientes internos, seguindo o modelo residencial da burguesia francesa da época. Porém, para que ocorressem essas mudanças espaciais, houve, antes, a necessidade de uma alteração no modo de vida da elite paulistana (HOMEM, 2010).

Essa nova elite do final do século XIX procurava um vínculo cultural maior com a Europa, principalmen-



te com a França, pois os europeus eram o exemplo de “civilizados”, “modernos” e elegantes. Ser civilizado era ter civilité (HOMEM, 2010). Tal modelo europeu fez com que a alta classe paulistana imitasse os franceses na decoração e na etiqueta, e viessem a apreciar a moda, a literatura, a arquitetura e a filosofia francesa. Tudo isso passou a aumentar também o preconceito com o modo de vida “caipira” do resto da sociedade paulistana.

Assim, os empresários do café trouxeram de Paris os primeiros modelos de palacetes. Eram modelos diversos, mas todos com implantações inspiradas nas *villas* e nos *hôtels privés*<sup>2</sup> (HOMEM, 2010).

O palacete, seguindo o modo de vida francês, propunha um programa basicamente composto por funções bem definidas de estar e serviço no pavimento térreo, e funções íntimas de repouso no pavimento superior. Era comum também haver a edícula para serviçais e cocheiras nos fundos do terreno, bem como um sótão para abrigar um quarto de hóspedes ou para criados mais íntimos da família. O porão continuava existindo como recurso contra a umidade e, muitas vezes, como um espaço para serviços, adegas, depósitos e, em alguns casos, até mesmo para cozinha.

O grande jardim que cercava a casa, no estilo “*villa*”, era composto por parques fronteiros, pomares, árvores frutíferas isoladas, hortaliças, pombais e galinheiros, criando uma paisagem próxima à das chácaras semiurbanas dos arredores

da cidade, lembrando a vida rural das fazendas, e afastando o edifício da rua, aumentando assim, a separação entre o espaço da privacidade e o domínio público.

Porém, no palacete paulistano, em que pesasse a sua proposta de renovação, também persistiam elementos da morada tradicional paulista, tais como a sala de jantar mais ampla do que os demais cômodos, em posição centralizada e próxima à cozinha, o gabinete e um quarto independente para hóspedes, ambos na parte fronteira da casa térrea e do sobrado. Fora, havia a entrada de serviços e, nos fundos, horta, pomar ou algumas árvores frutíferas, forno, lenheiro, e até poço, córrego ou desvio do curso de um rio. As edículas da moradia francesa, como casa do porteiro e as cocheiras, foram reproduzidas no palacete, onde, contudo, as construções destinadas a acomodar os criados e o tipo de instalação utilizada para os tanques evocavam as antigas senzalas e o os telheiros dos quintais. (HOMEM, 2010, p.14).

Logo ao entrar no palacete, era comum ter acesso ao vestíbulo (ou hall, em inglês), espaço típico do modo de distribuição francesa, e que funcionava como um saguão de transição, na entrada social da casa, para o acesso aos demais ambientes, porém criando uma circulação que dificultava o cruzamento ou o contato demorado entre proprietários, visitantes e serviçais da casa. No vestíbulo havia móveis e cabides, onde os vi-

2. Villas e hôtels privés eram os nomes dados às residências burguesas francesas mais ricas da época. Villas eram modelos suburbanos, e hôtels privés, urbanos (HOMEM, 2010).

sitantes deixavam seus casacos, chapéus e outros objetos, para adentrarem o interior da casa de forma mais confortável.

O vestíbulo era o portal de entrada da casa e o espaço responsável por transmitir a “primeira impressão” aos visitantes e convidados, sendo assim, devia ser sempre um local muito fino e elegante. Sobre o piso de madeira havia poucos móveis, mas sempre sóbrios e esbeltos, como porta-chapéus, cabides, poltronas, cadeiras e mesas com porta-canetas e folhas de papel, para se deixarem mensagens aos proprietários. Os revestimentos de parede sempre também muito sóbrios, em tinta, lambris de madeira ou papéis de parede. Também, compondo a decoração, peças ornamentais raras, trazidas de viagens ao exterior.

Do vestíbulo era possível acessar aos ambientes sociais, como: o gabinete, a sala de visitas, a sala das senhoras, a sala de bilhar, o *fumoir*<sup>3</sup>, outros salões e a sala de jantar. Da sala de jantar, acessava-se a copa, depois a cozinha e o quarto da criada, ambos, muitas vezes, localizados abaixo, no porão.

O vestíbulo também permitia o acesso à escada, que levava tanto ao porão quanto aos pavimentos superiores, onde ficavam os ambientes mais íntimos da casa: quartos para dormir, banheiros, quarto de costura, rouparias e *boudoirs*<sup>4</sup>.

O gabinete, usado somente pelo homem e trancado a chaves, era o local onde ele exercia suas

atividades de contabilidade, leituras, orações, ou onde recebia convidados especiais. Era comum encontrar o gabinete ao lado do dormitório do proprietário, mas, nos palacetes paulistanos, sempre se localizava logo na entrada residencial, assim como nas casas térreas.

Em São Paulo, o escritório localizava-se sempre na frente da casa, com entrada independente. Ao mesmo tempo em que era reconhecido como o lugar de absoluta independência masculina, a sua localização acentuava a ligação do homem com o espaço externo. Se era no escritório que o marido lia sossegadamente seu jornal ou alguns de seus inúmeros livros escolhidos ali mesmo da biblioteca, estudava ou cuidava da administração de seu patrimônio, sem correr o risco de interrupções, era também no escritório que ele recebia amigos e fazia acertos que envolviam a família ou os negócios. (CARVALHO, 2008, p.138).

O espaço do gabinete possuía normalmente um mobiliário simples e sólido sobre um assoalho de madeira bem encerado e sem tapetes. Ali ficavam estantes de livros envidraçadas, uma mesa de madeira ampla e quadrada, cadeiras e poltronas de couro. Nas paredes, via-se sempre uma pintura com cores claras ou um papel de parede sem muitos desenhos e ornamentos, e muitos livros exibidos em estantes ao longo dessas paredes, juntamente com quadros de familiares e armas penduradas (CARVALHO, 2008).

3. Fumoir era a “sala para fumar”, utilizada pelos homens da casa e seus convidados.

4. Boudoir era o “quarto de vestir” usado para a troca de roupas, e onde as “senhoras” guardavam as suas roupas íntimas.

O setor de “estar” da casa era o mais bem cuidado. As salas exibiam móveis franceses e ingleses, peças de arte vindas do exterior e os ornamentos mais belos e sofisticados da casa, representando o poder econômico, o “bom gosto” e o cosmopolitismo da família.

Ao lado da sala de visitas, encontravam-se outras salas complementares com funções sociais, como o fumoir e a sala de bilhar, utilizadas em reuniões masculinas, e a sala das senhoras. Em festas, reuniões e eventos sociais, homens e mulheres dividiam-se entre as salas da casa para conversas mais conflituosas de temas políticos e empreendimentos cafeeiros, ou assuntos sobre arte, literatura e experiências em viagens, em conversas entre as mulheres. O surgimento da sala das senhoras, na composição da casa, representava a valorização da mulher na família e a conquista de sua posição na sociedade.

Era comum encontrar na sala de visitas um excesso de móveis como: cadeiras, poltronas, banquetas, sofás, mesas, e muitos objetos ornamentais em bronze, prata, cristal e porcelana, cortinas, tapetes e toldos de renda e seda. Nas paredes da sala de visitas e das demais salas complementares, havia sempre pinturas coloridas a óleo e papéis de parede coloridos com temas florais, além de muitos espelhos. Os forros costumavam ser bem ornamentados, com a presença de sancas e lustres de cristal belga. O piano não podia faltar, era uma peça fundamental

como elemento decorativo e representativo da cultura musical dos moradores.

A sala de jantar possuía menos objetos decorativos e um mobiliário inglês, mais pesado e desprovido de muitas curvas e ornamentos. Móveis simples e mais sólidos significavam “bom gosto” em uma sala de jantar. Apesar de ser sempre organizada e controlada pela mulher, a sala de jantar simbolizava a tradição familiar e a estabilidade financeira, representada pela figura masculina, que, desde o período colonial, era responsável pelas atividades externas à casa e pela subsistência da família, como explica a historiadora Vânia Carneiro de Carvalho:

O homem, mantenedor da família e sua linhagem, está associado à função provedora. A ele é outorgada simbolicamente a responsabilidade pelo alimento (e não pelo seu processamento e apresentação à mesa). Como chefe da casa, a categoria masculina será constituída em torno de objetos que concentram sentidos como estabilidade, segurança, força tradição e respeito. Móveis robustos, pesados, confeccionados em madeira nobre, escura, tratada de forma rústica, com superfícies pouco reflexivas (não polidas) integram-se às demais características da sala de jantar (CARVALHO, 2008, p.120).

Por essa importância, e pelo costume de receber uma grande família com agregados em mesas enormes, nos horários de refeição, a sala de

jantar sempre teve uma área generosa dentro da planta arquitetônica dos palacetes, localizando-se no centro espacial, em uma região privilegiada da casa.

Próxima à sala de jantar, em direção aos fundos da casa, encontrava-se a copa. Com a mesma função à da casa térrea, a copa vinha substituir a varanda dos sobrados coloniais e funcionava como apoio à cozinha. A copa mantinha as paredes altas da casa, porém revestidas somente até a metade em azulejos, os pisos em cerâmicas, ladrilhos hidráulicos ou assoalhos, e uma grande mesa de madeira ao centro, usada na preparação dos alimentos. Nas situações em que a cozinha se encontrava no porão, na copa havia um “monta-pratos”, comum em casas europeias da época, funcionando como um elevador para o transporte de louças e alimentos.

A cozinha ficava no porão ou no fundo da casa, próxima ao quintal. Porém, em qualquer das opções, ela já fazia parte do corpo da casa e não era mais um puxado mal feito ou um espaço segregado e isolado ao fundo do terreno, como nos tempos coloniais.

Com a abolição da escravatura, a chegada de materiais manufaturados, a presença da “empregada imigrante” nas casas mais abastadas e a inserção da cozinha no corpo da casa, passou a ser mais frequente a presença da “dona da casa” dentro da cozinha. Além disso, a cozinha passou

a ser um ambiente mais bonito, limpo, ventilado e agradável, revestido de azulejos no mínimo até um metro e meio de altura nas paredes, e com ladrilhos hidráulicos e cerâmicas no piso.

A água corrente já era comum nos palacetes, e o gás, antes utilizado somente na iluminação, começou a ser usado nos palacetes para a utilização dos fogões a gás, substituindo os fogões à lenha.

Os hábitos alimentares transformaram-se e adotaram os modos à francesa. Foram incorporados licores importados, produtos defumados e frutas cristalizadas, principalmente nas festas e jantares de eventos sociais. Conforme o modelo francês, diminuiu-se a quantidade de alimentos servida e aumentaram-se os utensílios, como copos, taças e talheres específicos para determinado tipo de bebida ou comida (VERÍSSIMO, BITTAR, 1999).

No porão, podiam-se encontrar, ao lado da cozinha, despensas, depósitos e uma adega. Quando a cozinha estava no pavimento térreo, ela compunha o setor de serviço da casa, juntamente com a copa, um banheiro, uma despensa e um quarto para a “criada”, sempre próximo à porta de saída para o quintal.

Através da escada principal, no vestíbulo, ocorria o acesso ao primeiro pavimento do palacete. Esse pavimento representava a privacidade e a intimidade da família e, por isso, era de acesso exclusivo. Aí ficavam os quartos de dormir, ba-

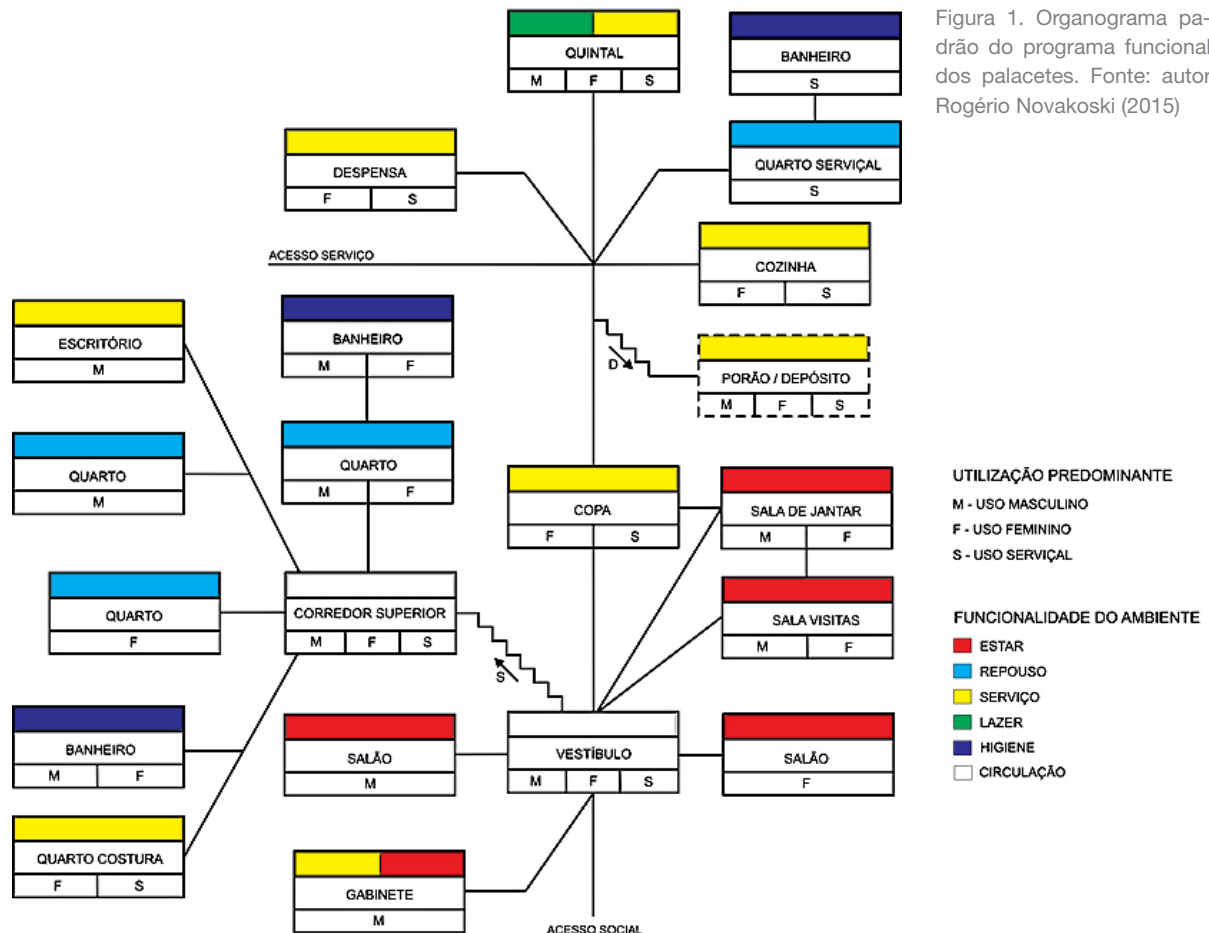
nheiros, quarto de costura, rouparias e outros ambientes íntimos de utilização da família.

Os quartos dos palacetes não somente permitiam entrada de luz e ventilação pelas janelas, mas também valorizavam a abertura às belas paisagens do jardim ao redor da casa. Eram espaços com assoalho de madeira e paredes pintadas ou

em papel decorativo, com pouco mobiliário para evitar o acúmulo de poeira, composto por camas, mesas de cabeceira, cadeiras, toucadores, divãs, escrivaninhas, criados-mudos, guarda-roupas e cômodas. Em muitas casas também havia o quarto de hóspedes, situado mais comumente no sótão ou no pavimento térreo.

O banheiro próximo ao quarto era símbolo de conforto. Os banheiros passaram a ser completos, adequados para garantir que ali fossem exercidas todas as atividades de higiene pessoal. A presença da banheira foi mais uma novidade da época, por isso os banheiros passaram a localizar-se de forma estratégica na casa, para que a água, nas novas tubulações em cobre, pudesse passar pelo aquecimento do fogão, na cozinha, e chegasse quente até eles. Um pouco mais tarde, chegariam os aquecedores independentes das banheiras.

A conquista da privacidade e a necessidade de menos mobilidade na casa, com o uso das novas tecnologias, significavam conforto e “modernidade”, pois representavam um modo de vida oposto ao daquele “acaipirado” do período colonial, quando os espaços residenciais possuíam funções sobrepostas. Diferentes funções em um mesmo ambiente era símbolo de pobreza e de algo ultrapassado para a classe burguesa. Essas características desse novo modo de vida residencial podem ser observadas de forma sintetizada no organograma a seguir (Figura 1).



Atualmente, a Vila Penteado é o último remanescente dos palacetes no estilo art nouveau da cidade de São Paulo e, desde 1948, é ocupada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (Figura 2).

Figura 2. Foto atual da fachada do palacete Vila Penteado, voltada ao fundo do terreno (antiga fachada principal), com acesso residencial feito através do alpendre. Fonte: arquivo do autor Rogério Novakoski (2014).

Esse palacete, situado no bairro de Higienópolis, pertenceu ao casal Antônio Álvares Penteado e Ana Franco de Lacerda Álvares Penteado, proje-

tado por Carlos Ekman. O proprietário foi um dos mais importantes representantes da burguesia cafeeira, sendo dono de uma fazenda que chegou a ter 750.000 pés de café. Depois, na cidade de São Paulo, focou seu trabalho como empresário em outras áreas comerciais e industriais.

Com um desenho simétrico, esse palacete abrigava, além dos proprietários, outros dois filhos em sua ala esquerda; e outra família, do filho Antônio Prado Jr., na ala direita. O casal proprietário costumava também receber muitos amigos em eventos, como bailes e espetáculos teatrais, realizados no grande vestíbulo.

A duas plantas a seguir (Figura 3 e Figura 4) demonstram, em suas duas alas, um setor social próximo ao eixo central da casa com ligações às áreas privativas dos quartos e escadas de acessos ao pavimento superior e ao porão, e aos fundos, os ambientes do setor de serviços e acessos ao jardim. Nesse projeto, percebe-se que a função social do vestíbulo é tão importante, ou mais, quanto à de circulação e distribuição.





Figura 3. Planta do pavimento térreo. Fonte: HOMEM, 2010, p.190

legenda:

- |                                      |                       |
|--------------------------------------|-----------------------|
| 1 – alpendre                         | 12 – sala de jantar   |
| 2 – vestíbulo                        | 13 – dormitório       |
| 3 – pequeno salão                    | 14 – despensa         |
| 4 – quarto de vestir                 | 15 – copa             |
| 5 – grande salão                     | 16 – copeiro          |
| 6 – escritório                       | 17 – quarto da criada |
| 7 – gabinete                         | 18 – cozinha          |
| 8 – sala de bilhar                   | 19 – galinheiro       |
| 9 – toilette                         | 20 – serviço          |
| 10 – banheiro – banho e water closet | 21 – lenheiro         |
| 11 – banheiro – banho e water closet | 22 – water closet     |

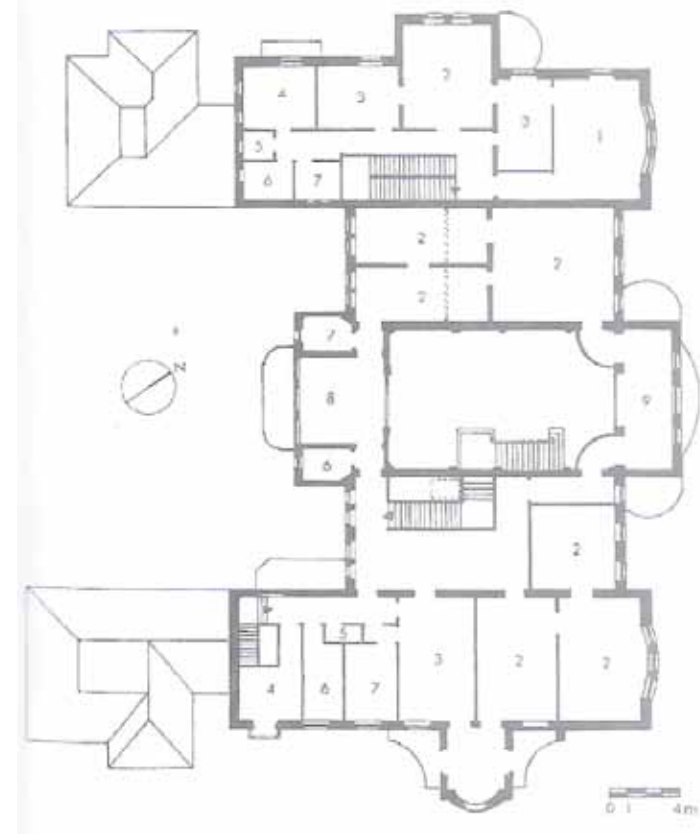


Figura 4. Planta do pavimento superior. Fonte: HOMEM, 2010, p.191

legenda:

- |                               |
|-------------------------------|
| 1 – quarto do casal principal |
| 2 – dormitório                |
| 3 – toilette                  |
| 4 – rouparia                  |
| 5 – despejo                   |
| 6 – quarto da criada          |
| 7 – banheiro                  |
| 8 – saleta                    |
| 9 – sala de estudos           |

## Considerações finais

O novo modo de vida trouxe inovações no programa residencial e na arquitetura, manifestados principalmente nas casas da mais alta classe social de São Paulo, os palacetes da burguesia.

A qualidade passava a ser mais importante do que a quantidade para representar uma casa adequada para se viver bem, e essa qualidade passava a ser o diferencial entre as classes sociais da cidade, diferentemente do período colonial.

O conforto, o luxo e a privacidade passaram a ser fundamentais dentro da casa, similar à burguesia francesa da época, que representava o “modo ideal” e “moderno” de se viver, já disseminado por vários países da Europa desde os fins do século XVII (DEJEAN, 2012).

O novo programa funcional das casas ecléticas procurava trazer o bem-estar à casa com os novos conceitos de higiene e salubridade, além da privacidade, do luxo e do conforto. A privacidade era revelada nas mudanças da circulação, com o aparecimento do vestíbulo e a divisão bem definida das funções da casa entre os pavimentos e seus ambientes. O luxo aparecia desde a fachada exuberante dos palacetes até os revestimentos internos de piso e parede, ornamentos decorativos, móveis franceses e ingleses e obras de arte estrangeiras e caras. O conforto revelava-se na quantidade de ambientes de estar, no

surgimento da copa, na aproximação da cozinha com a sala de jantar, na facilidade de acesso aos banheiros pelos usuários da casa, na qualidade dos utensílios e dos móveis, no uso das novas tecnologias e na fixação do mobiliário dentro dos espaços específicos da casa.

O uso do mobiliário mais pesado, robusto e específico para o ambiente determinado passava a representar a estabilidade social e econômica do morador. Os móveis nômades do período colonial, como as arcas, os bancos, os baús, o jirau, a tripeça, as redes, entre outros, foram necessários dentro de um programa residencial com espaços de funções sobrepostas e marcaram também um período de maior necessidade de mobilidade da população masculina com suas viagens. Isso, para a elite social do período eclético, simbolizava pobreza e um modo de vida ultrapassado.

A casa dessas famílias mais abastadas passava a ter uma função importante como espaço aberto ao relacionamento social entre as famílias dessa classe. A casa deixava de ser somente uma edificação necessária para o abrigo, a proteção e a subsistência desses moradores. O relacionamento era necessário para os negócios profissionais, os acertos políticos, o conhecimento dos pretendentes ao casamento, para as conversas sobre viagens e momentos de lazer. Trabalhar em casa e viver da subsistência também não faziam mais parte do modo “moderno” de se viver.



Referências bibliográficas:

BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo** – Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato – O sistema doméstico na perspectiva da cultura material** – São Paulo, 1870 - 1920. São Paulo: Edusp, 2008.

DEJEAN, Joan. **O Século do Conforto**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2012.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano – e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

LEMOS, Carlos. Alvenaria **Burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Ecletismo Trazido pelo Café**. São Paulo: Edusp, 1999.

MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo – da comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2010.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador, BITTAR, William Seba Mallmann. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1999.

